

E' preciso dizer ainda que o livro é muito bem documentado, podendo servir de base, no futuro, para estudos mais amplos sôbre o assunto.

ANA MARIA DE ALMEIDA CAMARGO

\*

\* \*

FRANCO (José L.). — *La Batalla por el dominio del Caribe y el Golfo de México*. Academia de Ciencias. La Habana, 2ª edição. 1964-1965.

José Luciano Franco, historiador natural de Havana, é membro da *Sociedad Cubana de Estudios Históricos y Internacionales*. Incansável pesquisador e autêntico mestre da história Hispano-Americana, publicou *La Batalla por el dominio del Caribe y el Golfo de México* em 1947, trabalho êste que foi, desde a sua apresentação, alvo das melhores críticas, tanto por parte dos estudiosos nacionais como estrangeiros (\*).

A obra atinge o total de 800 páginas, aproximadamente, e encontra-se dividida em dois volumes: *Política Continental Americana de España en Cuba*, (1812-1830) e *Revoluciones y Conflictos Internacionales en el Caribe*, (1789-1854). O primeiro volume, publicado em uma segunda edição em 1964, conta com 3 ilustrações, orientação bibliográfica, comentários elaborados por outros historiadores com referência à sua primeira edição e com índice de assuntos. Quanto ao segundo volume, publicado, também pela segunda vez, em 1965, reúne cinco ilustrações, índice de assuntos, fontes documentárias e bibliográficas.

O conteúdo da obra, como o próprio título o sugere, baseia-se num minucioso estudo acêrca da região do Caribe, à partir dos fins do século XVIII até meados do século XIX. Ressalva-se, contudo, que o trabalho não é de caráter geral. Em cada um dos volumes, e ambos se completam, o autor defende uma tese específica. Assim, *Política Continental Americana de España en Cuba* focaliza, essencialmente, a importância de Havana como centro de tôdas as atividades desempenhadas por Espanha no Nôvo Mundo, atividades aquelas que objetivavam assegurar-lhe a posse do seu Império Colonial e combater os movimentos separatistas.

Espanha nos fins do século XVIII, às vésperas da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, achava-se ainda mergulhada no feudalismo. O regime absolutista, instaurado com os reis austríacos, era uma mera ilusão, pois que *no mandaba el Rey*, mas a burguesia espanhola. Voltada para as riquezas coloniais, por isso defensora do monopólio mercantil, esta burguesia não só impedia qualquer desenvolvimento das colônias, mas também da própria metrópole, uma vez que menosprezava as possibilidades de desenvolvimento industrial do reino. Portanto, a burguesia espanhola conservava-se como o entrave para o desenvolvimento social capitalista da Espanha e de suas colônias. Fato mais sugestivo dessa resistência burguesa nos é dado pelo fracasso das reformas aconselhadas pelo despotismo ilustrado de Floridablanca, Aranda, Gálvez e Jovellanos. A Espanha continuava sua política tradicional, permanecia *reaccionaria y oscurantista* ... mesmo quando os ideais liberais infiltravam-se no seu Império, ameaçando a sua autoridade.

(\*) — Albert Manucy — *The Florida Historical Quarterly*, vol. XXXII, nº 3, Enero — 1954. *Florida Historical Society, Revista del Libro*, pgs. 219-222).

Na América as conculsões revolucionárias visando a independência, guiadas por Bolívar e outros líderes, ameaçavam a separação total das colônias da metrópole. E quando a Espanha afirma a sua política reacionária em Havana, centro dos defensores do regime espanhol e, portanto, adversários dos libertadores americanos. Organizou-se, aí um movimento de investigações políticas que vigiou todo o Império espanhol no continente. Em suma, as autoridades coloniais organizaram em Cuba uma política continental americana contra o progresso das idéias liberais.

O livro não se limita tão simplesmente aos fatos ligados à tese, pelo contrário, apresenta um maior número de explicações, que o torna mais valioso e mais amplo.

Todos os fundamentos políticos e econômicos da Espanha se encontram no primeiro capítulo, ao passo que os três seguintes são dedicados a Havana em seu papel de representante da política monárquica no Novo Mundo.

Quanto aos capítulos V e VI, estes foram reservados para a independência Hispano-Americana e para demonstrar as tentativas do rei D. Fernando de reconquista das colônias perdidas. Dada a impossibilidade de reaver o seu Império, a Espanha reconhece a Independência dos seus antigos domínios quando liquida

“la política americana continental desarrollada por el gobierno colonial de La Havana por un período de veinte años”.

Em *Revoluciones y Conflictos Internacionales en el Caribe*, o autor demonstra, dando continuidade e refôrço à tese do primeiro volume, a política reacionária de Cuba, porém, no plano internacional e não mais em relação aos domínios continentais espanhóis.

Em 1791, a possessão francesa de Saint-Domingue, sob a influência dos ideais liberais, era sacudida por uma revolta de cunho separatista. No intuito de evitar que o exemplo fôsse seguido pelas colônias espanholas, inclusive por São Domingo, vizinho de Saint-Domingue, Cuba planejou abafar ou, pelo menos, isolar as ações dos revoltosos franceses. Para isso, jogou inclusive com alianças diplomáticas com as potências europeias que também mantinham domínios coloniais no Caribe. Destas alianças, ora com Inglaterra, ora com França, naturalmente as negociações diplomáticas obedeciam às condições das relações europeias, geraram inúmeras intervenções em Saint-Domingue para satisfação dos defensores do regime colonial espanhol no Caribe. Tudo inútil, porém Saint-Domingue não só resistiu às pressões internacionais como também conseguiu revolucionar São Domingo, ao qual unia-se em 1822. E para maior inquietação de Cuba, sobretudo a partir da volta de Fernando VII ao trono espanhol, as potências já não demonstravam a mesma disposição com relação ao intento de reprimir as revoltas liberais do Caribe. A França reconhecia em 1824 a independência da ilha, então unificada, enquanto a Inglaterra fazia prevalescer os seus interesses adversos ao monopólio mercantil. E como isto tudo não bastasse, desde 1823, os Estados Unidos da América vinham demonstrando francamente uma política expansionista no Caribe, ameaçando dominar inclusive Cuba. Graças, porém, a problemas europeus, as potências desviaram suas atenções do Caribe, o que permitiu que Cuba continuasse em sua política reacionária por mais algum tempo.

Eis nas suas linhas gerais e na essência o conteúdo do segundo volume. Tal como acontece no primeiro volume, *Revoluciones y Conflictos Internacionales en Caribe* não só apresenta acontecimentos relacionados com a história de Cuba, mas

também um vasto material acêrca de outros problemas importantíssimos da história da América em geral, a saber: traços biográficos de autoridades coloniais espanholas, questões fronteiriças provocadas pela fuga de revoltosos e de oposicionistas, episódios e explicações para a história de São Domingos, Haiti e Estados Unidos da América e outros temas mais de real interesse.

Observa-se, assim, em conjunto, que a obra de Franco é um trabalho utilíssimo e demasiado rico para o estudo de um dos períodos mais turbulentos da história Hispano-Americana. Acrescente-se a isto que a documentação que o autor utilizou, do Arquivo Nacional de Cuba, dos arquivos franceses e espanhóis e de algumas obras secundárias, é quase tôda inédita e se acha em grande parte transcrita no trabalho. De resto, se alguma observação cabe-nos fazer com relação à obra que ora resenhamos, esta se refere à ausência de uma ilustração cartográfica, a qual, sem dúvida, muito auxiliaria o leitor pouco familiarizado com a extensa região escolhida pelo autor.

#### GENÉZIA COCATO

\*

\* \*

COSTA (Emília Viotti da). — *Da senzala à colônia. Corpo e alma do Brasil*. Difusão Européia do Livro. Direção de Fernando Henrique Cardoso. Volume XIX, fevereiro de 1966 São Paulo, 497 páginas, formato 0,14 x 0,21 — ilustrado — 1ª Edição.

Trata-se da tese com que a professora Emília Viotti da Costa se apresentou ao concurso de Livre-Docente da Cadeira de História do Brasil, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, porém reformulada e revista em alguns de seus aspectos (1).

É um estudo que além de enfocar e observar uma área bastante grande e adversa — Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, aprofundando-se mais ainda em São Paulo, com o desenvolvimento da cultura cafeeira no “Vale do Paraíba e, mais tarde, do Centro e Oeste Paulista” e das implicações dessa cultura com a mão-de-obra, desde seu nascimento em Vassouras.

O trabalho é dividido em três partes:

I. — *Aspectos econômicos da desagregação do sistema escravista*. Trata da substituição dos canaviais pelos cafezais, onde houve a predominância do trabalho escravo e muito pequena participação do trabalhador livre. Mostra com grande clareza as vicissitudes do tráfico a partir de 1807, quando nascia nossa riqueza cafeeira e a marinha britânica, já “desembaraçada de seus encargos bélicos” com a França, apresando barcos que transportavam negros, quando a nossa agricultura mais precisava de braços.

---

(1). — A tese foi publicada em edição restrita (100 exemplares) sob o título: *A escravidão nas áreas cafeeiras. Aspectos sociais, econômicos e ideológicos da desagregação ao sistema escravista, em São Paulo*. 1944.